



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2019**

Reunião Ordinária de 15 de novembro de 2019

## **1. ABERTURA**

Aos quinze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove, nesta vila de Castanheira de Pera, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, sob a Presidência da Sra. Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos restantes membros do Executivo:

- Vereador – João Miguel das Neves Graça (PPD/PSD);
- Vereador – Vereador Nuno Óscar Lopes Tomás (PPD/PSD);
- Vereador – Gonçalo Abílio Alves Lopes (PS);
- Vereador – António Manuel Henriques Antunes (PS).

Declarando aberta a reunião, a Sra. Presidente deu início à ordem de trabalhos, estabelecida e distribuída a todos os membros da Câmara Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 35.º e n.º 2 do artigo 53.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e que consta do seguinte:

### **I - LEITURA E VOTAÇÃO DE ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES**

### **II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

1. Intervenções dos Membros do Executivo

### **III - ORDEM DO DIA**

#### **A. Gabinete da Presidente**

1. Prazilândia, Turismo e Ambiente, E.M. - Relatório do Fiscal Único relativo ao 1.º semestre de 2019 – Informação
2. Regulamento Municipal de Atribuição de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera

#### **B. Divisão de Administração Autárquica**

##### **1. Secção Administrativa**

- 1.1. Clínica “O Meu Doutor” – Campanha de reabilitação auditiva – Pedido de cedência de espaço para unidade móvel – Ratificação de despacho
- 1.2. Proposta de revisão do zonamento e dos respetivos coeficientes de localização – Pronúncia – Ratificação de despacho
- 1.3. Albino Rosário Coelho, Lda. – Licença especial de ruído – Ratificação
- 1.4. União Recreativa Sapateirense – Licenças especiais de ruído
- 1.5. Pinhais do Zêzere – Associação para o Desenvolvimento – Protocolo de Colaboração (2019)
- 1.6. Protocolo de Colaboração no âmbito da Aquisição de Suporte e Manutenção de Plataforma Mobile para Smartphones e Tablets – Apps Municípios, entre a CIMRL e o Município de Castanheira de Pera
- 1.7. Queima das Fitas 2020 – Pedido de patrocínio
- 1.8. Prazilândia, Turismo e Ambiente, E.M. – Drift Trikes - Pedido de autorização para encerramento de estrada
- 1.9. Prazilândia, Turismo e Ambiente, E.M. – Natal na Aldeia – Pedidos diversos
- 1.10. CERCICAPER, Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Castanheira de Pera - Color Run Adaptada – Pedido de apoio
- 1.11. Agrupamento de Escolas Dr. Bissaya Barreto – Departamentos do 1.º Ciclo e do Ensino Pré-Escolar – Almoço de Natal



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2019**

Reunião Ordinária de 15 de novembro de 2019

- 1.12. Atualização de rendas para o ano de 2020
  - 1.13. Cedência de terrenos para implementação de projetos municipais
  - 1.14. Cedência de terreno (indenização)
  - 1.15. Associação CAuSA – Unidos por uma Casa – Programa de Parcerias para o Impacto - Aprovação de Candidatura (Projeto Abrigo e Horta)
  - 1.16. Clube Trilho Aventura – 7º Sprint Enduro Praia das Rocas – Pedido de apoio
  2. Secção Financeira
    - 2.1. Balancete
    - 2.2. Pagamentos
    - 2.3. Alterações às Grandes Opções do Plano de 2019
    - 2.4. Alterações ao Orçamento de 2019
    - 2.5. Abertura de conta bancária (Passadiços das Quelhas)
  3. Secção de Processamentos e de Gestão Contabilística das Águas
    - 3.1. Consumidora com o código n.º 12829 – Pedido de autorização para efetuar pagamento de fatura em prestações
    - 3.2. Consumidora com o código n.º 13834 – Pedido de restituição do valor da tarifa de saneamento
  4. Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais
    - 4.1. Estrada do Trevim – Intervenção
- IV - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

**LEITURA E VOTAÇÃO DE ATA DE REUNIÃO ANTERIOR**

**2. LEITURA E VOTAÇÃO DE ATA DE REUNIÃO ANTERIOR**

Foram presentes novamente as atas n.ºs 14/2019, 15/2019 e 16/2019, referentes às reuniões de 30 de julho, 9 de agosto e 30 de agosto, respetivamente, tendo a Sra. Presidente perguntado aos Srs. Vereadores se já tinham tido oportunidade para as analisar e se pretendiam tecer algum comentário ou sugerir alguma alteração às mesmas.

Não se registando quaisquer reparos por parte dos Srs. Vereadores relativamente às atas n.ºs 14/2019 e 15/2019, a Sra. Presidente submeteu as referidas atas a votação, tendo as mesmas sido aprovada por unanimidade.

Quanto à ata n.º 16/2019 os Srs. Vereadores do PS informaram que pretendiam apresentar um conjunto de alterações à mesma tendo a Sra. Presidente informado que a sua votação ficaria então adiada para próxima reunião de câmara.

Por fim, a Sra. Presidente informou que não foi possível concluir as atas em falta, nomeadamente as atas n.ºs 17/2019, de 13 de setembro, 18/2019, de 27 de setembro, 19/2019, de 18 de outubro, 20/2019, de 25 de outubro, e 21/2019, de 31 de outubro, pelo que a sua votação também ficaria adiada para próxima reunião de câmara.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2019**

Reunião Ordinária de 15 de novembro de 2019

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**3. INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO**

Tomando a palavra, a Sra. Presidente começou por prestar as seguintes informações:

- Através de e-mail de 18/11/2019 e na sequência da pronúncia do Município sobre a proposta de coeficientes de localização a aplicar no Concelho, veio a Autoridade Tributária comunicar que foi decidido manter, por questões de equilíbrio, o coeficiente de localização 0,80.

- Através de ofício de 21/11/2019, vêm as Infraestruturas de Portugal, I.P. informar que foi afixado Aviso dando conta que terá início no dia 25/11/2019 e término previsto para 31/12/2019 a seguinte intervenção levada a efeito por aquela entidade: limpeza das faixas de gestão de combustível da sua responsabilidade na EN 347, Km 73+100 ao Km 77+250.

- Através de e-mail de 28/11/2019, veio a APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A. informar que foi publicado em Diário da República 2ª série de 28/11/2019 o Projeto de Regulamento Geral de Serviço de Abastecimento Público de Água, de Saneamento de Águas Residuais Urbanas e de Gestão de Resíduos daquela entidade, que vai permanecer em consulta público pelo prazo de 30 dias úteis a contar da referida data de publicação.

- No próximo dia 6 de dezembro, a partir das 09h.30, decorrerá no Auditório da Praça da Notabilidade o II Debate - Florestas e Legislação: Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios, o qual pretende dar continuidade à Discussão sobre a matéria em apreço iniciada sob os auspícios do Instituto Jurídico em dezembro de 2018. A entrada é livre, mas sujeita a inscrição.

- No passado dia 28 de outubro, reuniu-se a Comissão Municipal de Toponímia, tendo deliberado acerca das aldeias que já reuniam condições para iniciar o processo em questão, elencando as seguintes: Sarzedas de S. Pedro, Sarzedas de Vasco, Balsa, Souto Fundeiro, Valinha Fontinha, Moredos, Ervideira, Pisão Baeta e Pisão da Teresa.

Em complemento, a Sra. Presidente informou que as Infraestruturas de Portugal já tinham iniciado os trabalhos de execução das faixas na EN 236.

Prestou também informação de que findo o prazo concedido a colaboradores deste Município para se pronunciarem acerca da sua intenção de transitarem para a empresa intermunicipal de águas, do que lhe é dado saber ainda nenhum revelou pretender fazê-lo.

Prosseguindo, informou que o atual presidente da CIMRL teria decidido pela realização de duas reuniões mensais, ao invés de uma como tem sido habitual, tendo em consideração os objetivos que esta entidade se propõe alcançar.

Mais informou que, durante o dia 16 de novembro, seria realizada a atividade apresentada pelo grupo de motares de Leiria, já aprovada pela câmara anterior.

Comunicou também a receção de um convite ao Município para se fazer representar no 75.º aniversário da Fundação INATEL, no evento que será realizado



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2019**

Reunião Ordinária de 15 de novembro de 2019

no domingo (17 de novembro) pelas 15 horas, no Teatro Miguel Franco em Leiria, evento em que a referida fundação se propôs homenagear o Município de Castanheira de Pera, bem como o Sr. Kalidás Barreto e o Sr. Pedro Barroso.

Por fim, manifestou que os presentes já teriam tido conhecimento do incidente ocorrido no fim-de-semana passado, provocado pelas condições climáticas que se fizeram sentir. Informou que o ICNF já teria, anteriormente ao facto, procedido à venda dos Lotes naquela zona já tendo havido comunicação do ocorrido às empresas que os teriam comprado.

Acrescentou que já se procedeu ao corte do arvoredado, e que as faixas de gestão já teriam sido intervencionadas, daí ter existido, por precaução, o corte da via em questão.

Ainda no uso da palavra, transmitiu que no dia 13 de novembro, foi publicado em Diário de República o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, e que também já tinha sido submetida a candidatura ao fundo florestal do ICNF, no tocante ao apoio que daí pode advir para o GTF.

Seguidamente solicitou a palavra o Sr. Vereador João Graça que no decurso da presente semana ocorreram duas ações de formação vocacionadas para professores e educadores, no seio do plano inovador do sucesso escolar empreendido pela CIMRL, mais referindo que as mesmas decorreram com normalidade e que os planos já estariam a ser colocados em prática, na pré-primária, segundo e terceiros ciclos, designadamente o plano do empreendedorismo e educação para a saúde.

Prosseguindo, esclareceu que o Agrupamento de Escolas informou junto da Câmara, sobre a realização da atividade de corta-mato, a decorrer durante o período da manhã do dia 27 de novembro, solicitando apoio para a realização da mesma, acrescentando que o corta-mato seria efetuado na zona envolvente da Praça da Notabilidade, pelo que não implicaria corte de vias.

Seguidamente usou da palavra o Sr. Vereador Gonçalo Lopes indagando, a propósito da informação da Comissão de Toponímia, se já tinha sido resolvida a questão da Praça do Bombeiro já debatida em sede de outras reuniões de Câmara.

Nesta senda, esclareceu a Sra. Presidente que o processo de toponímia se fará faseadamente, e que a fase inicial, como frisou anteriormente, terá execução nas aldeias que já reúnem condições para a sua realização. Relativamente à vila e demais aldeias, as mesmas ainda estão a ser trabalhadas, pelo que não houve lugar à sua apresentação em reunião da Comissão responsável pelo processo.

Esclarecido, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes fez alusão ao acidente ocorrido no pretérito fim-de-semana, dizendo que o assunto deverá ser abordado com clareza, porque se o quisessem fazer com demagogia, poderiam vir a esta câmara e afirmar, com propriedade, que já haviam avisado que tal podia acontecer. No entanto, salientou, que o relevante é, por um lado, lamentar o sucedido, e por outro, e mais relevante, é prevenir que situações semelhantes possam voltar a acontecer. Referiu que dir-lhe-ão que não se pode acudir a tudo, no entanto, não



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2019**

Reunião Ordinária de 15 de novembro de 2019

considera aceitável que apesar de estarem cientes do perigo, não façam nada ou não sejam tomadas as devidas precauções atempadamente.

Prosseguindo disse que se revelou caricato que o aviso de perigo e o encerramento da via somente tenham tido lugar após a verificação do incidente, desde logo porque se conheciam as condições climatéricas que se iam fazer sentir, bem como os troços que evidenciavam risco em virtude da falta de intervenção.

Alertou que o que acabara de referir não se assumia passível de segunda leitura, uma vez que o fazia com a única intenção de precaver para que, na medida das possibilidades, este tipo de situações não se venha a repetir. Acrescentou que no decurso de dois anos, as árvores se encontram completamente à mercê das condições atmosféricas, pelo que existe um conjunto de troços cujo risco é iminente, daí que tenha reiterado a necessidade e imperatividade da atuação ter lugar a montante das situações.

Por fim, considerou a desnecessidade de escalpelizar ainda mais o problema, manifestando a intenção dos Vereadores do PS em deixar esta nota de preocupação.

Seguidamente, e contextualizando que teriam sido informados que o Município tencionava adquirir equipamento para limpeza, designadamente um trator e um braço destroçador, e reafirmando que a mesma deveria já ter tido lugar no ano anterior, questionou o Sr. Vereador Gonçalo Lopes acerca do ponto de situação dessa aquisição.

Tomando a palavra, a Sra. Presidente referiu, quanto ao incidente ocorrido no fim-de-semana, que, na sua opinião, também não valerá a pena escalpelizar muito mais o facto, acrescentando apenas que o Município realizou intervenções nos troços que apresentavam características de perigo iminente, e que o próprio ICNF também o fez, apesar de esta entidade já nem se sentir com responsabilidade sobre o facto, e que, sobre o incidente, houve colaboração por parte de todas as entidades na resolução célere da situação.

Intervindo, o Sr. Vereador Nuno Tomás deu conta que já teria havido lugar à entrega do referido equipamento (trator e braço), mas que os maquinistas necessitam de formação especializada para operar com o mesmo, não tendo sido ainda ministrada tal formação por facto relacionado com a própria empresa fornecedora do equipamento.

Seguidamente, o Sr. Vereador Nuno Tomás deu uma breve explicação sobre o equipamento em causa, não tendo fornecido informação sobre o montante da aquisição por não ter presente tais valores.

Solicitou a palavra o Sr. Vereador António Antunes para relembrar a existência de um conjunto de documentação que havia sido solicitada pelos Srs. Vereadores do PS em diversas reuniões e que ainda não estariam na sua posse, o que inviabilizava a sua pronúncia relativamente a certas matérias. Acrescentou que teria sido decidido em reunião de Câmara, que se daria prioridade à resolução da questão inerente às atas em atraso, por forma a poderem fazer a remessa da





**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2019**

Reunião Ordinária de 15 de novembro de 2019

documentação inúmeras vezes solicitada, questionando, mais uma vez, se já havia previsão para o envio de tal documentação aos Srs. Vereadores do PS.

Prosseguindo, referiu que compreendem a dificuldade que possa existir na elaboração das atas, bem como a falta de recursos, no entanto sentirem-se incapacitados na própria ação relativamente a certos assuntos, na medida em que não reúnem os elementos necessários ao debate dos mesmos.

Frisou que o exposto constitui um assunto com gravidade e que o executivo não pode “empurrar muito mais”, reiterando que os Srs. Vereadores do PS não irão abdicar do direito a essa informação.

De seguida, a propósito da questão da aquisição do equipamento, questionou há quanto tempo estaria o mesmo parado em virtude da falta de formação, ao que o Sr. Vereador Nuno Tomás informou que seria há uma semana e que se previa que a formação fosse dada no decurso desta semana, mas não tendo ocorrido, prevê-se que no limite, tenha lugar na semana seguinte.

Dito isto, referiu o Sr. Vereador António Antunes que a inexistência do trator “já era má”, por si só, no entanto, o Município ter o equipamento e ele se encontrar parado sem funcionar consubstanciaria uma situação, no seu modo de ver, inaceitável, acrescentando, a propósito, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes que não valerá a pena “estar aqui sempre a dizer a mesma coisa”, mas que se verificava a existência de assuntos que se mantêm em “águas de bacalhau”.

Findas as intervenções, solicitou a palavra o Sr. Vereador João Graça para proceder à apresentação do seguinte pedido:

*“Os Vereadores João Graça e Nuno Tomás, tendo conhecimento do pedido de substituição do Sr. Albano José Almeida Antunes Morgado Rodrigues, nas funções de representante do Município na Assembleia Geral da Prazilândia, Turismo e Ambiente, E.M., querem em seu nome, demonstrar um profundo reconhecimento pelo trabalho desenvolvido ao longo deste período, pelo talento administrativo que permitiu ultrapassar inúmeros obstáculos e dificuldades com que se deparou e pelo sacrifício pessoal e profissional que o desempenho destas funções trouxeram à sua vida. Posto isto, os Vereadores João Graça e Nuno Tomás pedem à Sra. Presidente que coloque na ordem do dia na próxima reunião ordinária da Câmara Municipal a designação de um novo representante do Município na Assembleia Geral da Prazilândia, Turismo e Ambiente, E.M.”*

Surpreso com o que acabara de ser lido, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes manifestou que não sabia se haveria de questionar ou retirar as suas ilações acerca do sucedido.

Prosseguindo, questionou se o representante do Município na Assembleia Geral da Prazilândia apresentou pedido para a sua substituição, tendo o Sr. Vereador João Graça respondido afirmativamente, acrescentando a Sra. Presidente que o pedido teria sido realizado agora, o que foi constatado pelo Sr. Vereador João Graça, afirmando que o pedido de substituição já teria sido apresentado há algum tempo.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2019**

Reunião Ordinária de 15 de novembro de 2019

Tomando a palavra, a Sra. Presidente esclareceu que o representante do Município na empresa municipal Prazilândia, Turismo e Ambiente, E.M., em tempos, havia solicitado a sua substituição, no entanto, foi-lhe pedido que permanecesse na empresa e, que até então, não teria manifestado novamente a intenção de sair.

Prosseguindo, os Srs. Vereadores do PS demonstraram surpresa pelo facto de o pedido não ter sido realizado em nome de todos os membros do executivo Presidente, Vice-Presidente e Vereador Nuno Tomás, entenda-se), mas somente em nome do Sr. Vereador João Graça e do Sr. Vereador Nuno Tomás e que, igualmente, não haviam ficado satisfeitos com o esclarecimento prestado pela Sra. Presidente.

Afirmou o Sr. Vereador Gonçalo Lopes que a situação, colocada naqueles termos, se afirmava mais grave do que *ab initio* lhe pareceu, isso porque, evidenciou que já tendo o representante do Município solicitado a sua substituição há algum tempo, e sem saberem ao certo há quanto tempo terá sido, o mínimo exigido seria a comunicação desse mesmo facto aos Vereadores do PS. Para além disto, afirmou que este pedido de substituição “caiu aqui de paraquedas”, e por parte do executivo e não de todo, pelo que tal carece de esclarecimentos adicionais, porque no seu entender, e pelo modo como foi abordado, lhe sugere que haverá uma tentativa de branquear parte da história desta pretensão de substituição.

Retomando, a Sra. Presidente negou a possibilidade de ter existido uma tentativa de branquear os factos.

Interrompendo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que não compreende, até porque não vislumbra motivo para tal, a razão pela qual o Sr. Albano Morgado não vem perante esta Câmara transmitir a sua pretensão de abandonar aquele cargo, acrescentando que, do que conhece do mesmo, no âmbito do que tem sido a sua intervenção cívica, pública e empresarial, considera que o Sr. Albano Morgado não se importaria em fazê-lo perante este órgão.

Prosseguindo, indicou que esta constitui uma matéria delicada, relembrando ser do conhecimento público que, do ponto de vista da gestão, a opinião dos Vereadores do PS é a de que a empresa tem revelado indicadores satisfatórios.

Ainda sobre o assunto, referiu, como ponto prévio, que este não é momento para partidarizar instituições, nem matéria nenhum, apelando, para que, nestas matérias fundamentais, o restante executivo fosse transparente e que prestasse toda a informação atempadamente, por forma a permitir que os Vereadores do PS pudessem prestar um contributo válido quanto a estas matérias tão particulares.

Por fim, evidenciou o direito e a necessidade de se ouvirem os protagonistas, por forma a não se “*mexer no que, do nosso ponto de vista, está bem. Não quer dizer que o facto de se mexer possa ficar mal, mas que nos digam qual é o caminho que querem trilhar*”.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2019**

Reunião Ordinária de 15 de novembro de 2019

Seguidamente, referiu a Sra. Presidente que a pretensão de substituição teria sido apresentada no final do ano anterior, fundando-se em motivos de ordem profissional. No entanto, o Sr. Albano Morgado teria anuído na continuação na empresa, não voltado a manifestar vontade em sair.

Considerando o que acabara de ser referido, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes constatou que, então, a Sra. Presidente teria ficado surpresa com esta tomada de posição pelos Srs. Vereadores, tendo aquela mencionado que reservaria a sua explicação até o assunto ser discutido em momento próprio, na reunião subsequente.

Nesta senda, foi referido pelo Sr. Vereador António Antunes que tal como teria sido frisado pelo Vereador Gonçalo, este assunto se assume de extrema relevância para o concelho, e por essa razão apelava para que houvesse clareza na discussão do mesmo, sem malabarismos, uma vez que está em causa aquilo que se traduz no motor turístico do concelho, revelando-se de extrema importância para o destino e futuro coletivo do Município, acrescentando ainda que os Vereadores do PS não podem deixar de estranhar a posição ora tomada pelo Sr. Vereador João Graça e pelo Sr. Vereador Nuno Tomás, e por esse mesmo motivo, solicitam novamente clareza e frontalidade nesta matéria.

Seguidamente, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou a Dra. Bernardina se a efetivar-se a substituição do representante do município na empresa, tal poderá implicar a destituição da atual administração, tendo a mesma respondido que, por si só não, isto é, só por esse facto não, mas que tal poderia ocorrer.

Prosseguindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes afirmou que sob pena de a presente discussão ser extemporânea, pretendia deixar desde já claro que a atual administração ou modelo de gestão, tendo em consideração os dados de que dispõem, merece e tem merecido, por parte dos Vereadores do PS, a confiança depositada, considerando que se deve salvaguardar a empresa, sem prejuízo de eventualmente se verificarem alterações na sua composição.

Continuando, apelou que fosse transmitido o convite ao Sr. Albano Morgado para se apresentar junto da Câmara, transmitindo o que lhe aprouver, nem que seja para dar oportunidade aos Vereadores do PS para lhe agradecer institucionalmente pelo trabalho desenvolvido ao longo do tempo em que exerceu funções.

Havendo acordo em adiar a discussão para a próxima reunião, a Sra. Presidente solicitou a antecipação da data da próxima reunião ordinária de Câmara Municipal, para o dia 28 de novembro, em virtude da realização do Congresso da Associação Nacional de Municípios onde iria estar presente, tendo o pedido merecido a anuência de todos os presentes, fixando-se as 18 horas para início da mesma.

**ORDEM DO DIA**





**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2019**

Reunião Ordinária de 15 de novembro de 2019

**4. PRAZILÂNDIA, TURISMO E AMBIENTE, E.M. – RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO RELATIVO AO 1.º SEMESTRE DE 2019 – INFORMAÇÃO**

Presente relatório emitido pelo Fiscal Único da Prazilândia, Turismo e Ambiente E.M., nos termos e para dar cumprimento ao preceituado na alínea h) do n.º 6 do artigo 25.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, apresentando informação sobre a situação económica e financeira da empresa no final do 1.º semestre de 2019.

O relatório em apreço, cuja cópia se anexa à presente informação e aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da mesma parte integrante, submete-se, pois, à apreciação da Câmara Municipal, remetendo-se posteriormente à Assembleia Municipal para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

**DISCUSSÃO:**

Solicitou a palavra o Sr. Vereador António Antunes evidenciando que a Prazilândia, Turismo e Ambiente, E.M. tem consolidado aquilo que os Vereadores do PS têm defendido desde o início, revelando quase condições para consubstanciar uma empresa autossustentável.

Mais acrescentou que a administração tem desenvolvido um trabalho “à vista de todos” e que o presente relatório veio, efetivamente, comprovar isso mesmo. Ainda que seja uma empresa com uma atividade sazonal, tem desenvolvido esforços no sentido de minimizar essa mesma característica, tendo revelado resultados melhores do que aqueles obtidos em período homólogo. Afirmou, ainda, que tem de existir seriedade na forma como se faz esta gestão, detendo a consciência de que “*se está bem é para se manter, se está bem é para se reforçar*”. Por fim, salientou que já era sua intenção deixar esta nota positiva relativamente ao documento apresentado, e é sua intenção reforça-la por consideração ao ocorrido no PAOD.

Tomando a palavra, a Sra. Presidente afirmou que também pretendia expressar um agradecimento à gestão que tem sido realizada, e que se traduz no atestado pelo Fiscal Único no documento em apreço.

Interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes no sentido de congratular a empresa, em nome dos Vereadores do PS, pelos resultados apresentados e reforçados pelo Fiscal Único. Afirmou que a redação do relatório assume, de forma inequívoca, uma melhoria muito significativa em termos de sustentabilidade financeira da empresa. Para além disto, realçou que os números apresentados denunciam isso mesmo, registando uma evolução favorável da posição financeira da mesma, atestada com o aumento de *superavit* entre ativos e passivos monetários, constatando que do ponto de vista da robustez financeira, a empresa tem vindo a progredir. Acrescentou que estes resultados demonstram exatamente aquilo que teria sido assumido pelo Presidente do Conselho de Administração em sede de reunião de Câmara anterior, e como tal, não têm motivos para duvidar, bem pelo contrário, só têm motivos para considerar que o Dr. Pedro Dinis é um homem de palavra.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2019**

Reunião Ordinária de 15 de novembro de 2019

Prosseguindo, afirmou que existe um dever de acarinhar “*este tipo de gente, porque, por vezes, já vai escasseando*”. Ademais frisou que o Dr. Pedro Dinis, na opinião dos Vereadores do PS, tem demonstrado uma cultura de serviço que, mesmo quando as coisas não correm como planeado, como foi o caso da candidatura que se encontrava mal instruída, veio até esta Câmara assumir o erro, e demonstrar a necessidade de capitalizar a empresa por forma a adquirir melhor imagem e nome perante as instituições.

Por fim, sem mais delonga, congratulou o Dr. Pedro Dinis, a empresa e os seus colaboradores pelos resultados veiculados no presente relatório.

Não se registando outras intervenções, a Sra. Presidente passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

**5. REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS SOCIAIS AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CASTANHEIRA DE PERA**

Considerando a reconhecida mais-valia do trabalho que tem sido, desde tempos imemoriais, desenvolvido pelos bombeiros voluntários de Castanheira de Pera, apresentando-se como baluartes da proteção civil, garantes da segurança e proteção de pessoas e bens;

Considerando os valores que defendem onde que se realça a solidariedade, a entrega, o zelo, a dedicação, aliados à reconhecida competência com que desempenham a sua missão, muitas vezes, com sacrifício da sua vida pessoal e familiar, constituindo-se como verdadeiros heróis na defesa do próximo;

Considerando que a Câmara Municipal partilha o propósito de criação de um Regulamento de Incentivos aos Bombeiros Voluntários que seja não apenas abrangente, mas também motivador e incentivador da prossecução do meritório trabalho que os bombeiros deste concelho têm desenvolvido em prol do bem comum e que se impõe realçar e apoiar, e que, paralelamente possa servir também de atrativo para o incremento da equipa;

Considerando que a criação de um Regulamento carece de estudo aprofundado, nomeadamente na vertente jurídico-financeira, sem descuidar a exequibilidade, a viabilidade, as garantias de cumprimento e a salvaguarda dos princípios subjacentes à atividade administrativa.

Considerando as atribuições do Município na promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações.

Propõe-se que a Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, delibere dar início ao procedimento e participação procedimental, do Regulamento Municipal de Atribuição de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera, procedendo à sua publicação na internet, no sítio institucional do Município, nos termos ínsitos naquela norma.

**DISCUSSÃO:**

Tomando a palavra, o Sr. Vice-Presidente questionou se alguém se pretendia pronunciar.

Interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes, para expressar um agradecimento pelo facto de o executivo ter procedido ao envio da presente deliberação, ainda



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2019**

Reunião Ordinária de 15 de novembro de 2019

que apenas no dia de hoje, permitindo, assim, a leitura e análise da mesma antecipadamente à sua discussão. Constatou que do ponto de vista da sua redação, a deliberação em causa apresenta moldes significativamente diferentes dos apresentados anteriormente, pelo que não vê motivos que obstem à sua aprovação.

Referiu que procederiam à votação da presente deliberação no pressuposto de que os relevantes em sede desta matéria continuam a ser os seus beneficiários, os Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera, tal como os benefícios que estes poderão obter com a elaboração do regulamento supracitado. Além disto, considera que assume ainda caráter de extrema importância, os objetivos que poderão ser atingidos com a criação do mesmo, desde logo a melhoria das condições daqueles que prestam este meritório trabalho, bem como o aumento de efetivos no corpo de bombeiros.

Acrescentou que apesar de não constar na presente deliberação, gostariam que a redação da ata fosse realizada à luz do que acabara de referir. Ainda assim, aditou, que mantém o entendimento que os Bombeiros não necessitam de política, não precisam de partidizar nada, bem pelo contrário, e que não deve de todo ser essa a intenção inerente à presente deliberação.

Seguidamente, e ressaltando que votarão a proposta supra, acrescentou que gostaria que ficasse a constar da presente deliberação a menção de que foi efetuada “por proposta dos Srs. Vereadores do Partido Socialista”, mas que, ainda que tal não fosse feito, considera que o aspeto mais relevante continua a ser os passos que se seguirão, como sejam a construção do regulamento e o estudo do impacto que terá para o Município, bem como o estudo acerca da exequibilidade do mesmo, manifestando a propósito, a total disponibilidade dos Srs. Vereadores do PS para o construir em conjunto.

Prosseguindo, agradeceu novamente a alteração do teor da deliberação, considerando que nesta foi colocado o foque naquilo que é fundamental, apresentando um teor menos politizado, o que, por sua vez, se revela mais saudável e vai ao encontro das expectativas dos Vereadores do PS.

Ademais, evidenciou que já se aprovaram, outrora, medidas sob proposta dos Srs. Vereadores do PSD, e que os Vereadores do PS não viram inconveniente nisso, desde que se afirmassem vantajosas para o concelho de Castanheira de Pera.

Dito isto, indicou o Sr. Vereador João Graça que o assunto ora em análise já fora discutido inúmeras vezes e que, no seu entendimento, não conseguia fazer essa leitura de quem teria a propriedade da medida que se quer ver aprovada. Acrescentou que, no seu entendimento, e quando se refere na deliberação “Considerando que a Câmara Municipal partilha o propósito de criação de um Regulamento de Incentivos aos Bombeiros Voluntários”, surge espelhado o espírito do debate da questão até ao dia de hoje, uma vez que a Câmara são os cinco vereadores em conjunto, propondo, assim, que se votasse a presente deliberação nos exatos termos em que a mesma foi apresentada.

Esclareceu a Dra. Bernardina que, apesar de terem sido os Srs. Vereadores do PS a formular pedido no sentido do agendamento daquele assunto em anterior



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2019**

Reunião Ordinária de 15 de novembro de 2019

reunião de câmara, o mesmo esgotou-se, ficou satisfeito, com a sua inclusão na ordem do dia da reunião em causa. Ora, o ter sido inviabilizada a votação da proposta por insuficiência do quórum, conforme ocorreu, resultou na atribuição ao Sr. Vice-Presidente da competência de designação do dia em que seria incluída na agenda a discussão do assunto, isto por aplicação da lei das competências.

Tomando a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes ressaltou que, evidentemente, não tinha conhecimento deste aspeto jurídico.

Por fim, acrescentou que os Vereadores do PS demonstram total disponibilidade para a construção do documento, defendendo um modelo de construção conjunta do mesmo, apelando para não *“ficarmos em águas de bacalhau, porque de facto, o que é importante é materializar a medida”*.

Por fim, indicou o Sr. Vereador João Graça que havendo demonstração desse interesse, e tratando-se de uma pretensão recíproca, teria todo o sentido que assim fosse.

Não se registando outras intervenções, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

A Senhora Presidente pediu escusa, por ser cônjuge do atual Comandante do Corpo de Bombeiros Voluntários da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera, a qual foi aceite, pelo que não participou da apresentação, discussão e votação deste assunto, tendo-se ausentado da sala de reuniões.

**6. CLÍNICA “O MEU DOUTOR” – CAMPANHA DE REABILITAÇÃO AUDITIVA – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE ESPAÇO PARA UNIDADE MÓVEL – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO**

Ponto retirado da ordem do dia.

**7. PROPOSTA DE REVISÃO DO ZONEAMENTO E DOS RESPETIVOS COEFICIENTES DE LOCALIZAÇÃO – PRONÚNCIA – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO**

Presente e-mail remetido em 25/10/2019 pela Autoridade Tributária, informando que a proposta de revisão do zonamento e dos respetivos coeficientes de localização se encontrava disponível para consulta e solicitando que o Município se pronunciasse sobre a mesma no prazo de dez dias.

Presente também Despacho proferido, em 11/11/2019, pela Presidente da Câmara Municipal, pronunciando-se no sentido de não ser aceitável a subida do coeficiente de localização da zona 1368002 de 0,75 para 0,8 e apelando, desse modo, para que a proposta apresentada pela Comissão Nacional de Avaliação de Prédios Urbanos seja revista, de molde a que se mantenha o coeficiente atual (0,75).

Atendendo aos argumentos ínsitos no texto do referido Despacho, cuja cópia se anexa e aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, propõe-se que



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2019**

Reunião Ordinária de 15 de novembro de 2019

a Câmara Municipal, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere a ratificação do mesmo, nos seus precisos termos.

**DISCUSSÃO:**

Após alguns esclarecimentos acerca do conteúdo da presente deliberação, questionou o Sr. Vereador António Antunes se a Autoridade Tributária teria prazo estabelecido para responder a esta tomada de posição, tendo-lhe sido esclarecido que, em princípio não, mas que havia a necessidade de reiterar a posição tomada pelo Município.

No uso da palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou se o parecer seria vinculativo, tendo a Sra. Presidente referido que vincularia a posição de manutenção dos coeficientes vigentes, mais indicando que, se porventura, a AT mantiver a sua decisão, pelo menos ficará evidenciada a posição desta Câmara.

Não se registando outras intervenções, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**8. ALBINO ROSÁRIO COELHO, LDA. – LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO – RATIFICAÇÃO**

Presente requerimento em nome de Albino Rosário Coelho, Lda, representado por Maria Helena Ferreira Coelho, requerendo a emissão de licença especial de ruído para o dia 09/11/2019, entre as 21h.00 e as 02h.00, para realização de música ao vivo, no seu estabelecimento, sita na Avenida São Domingos, em Castanheira de Pera.

Considerando que a data de realização do evento não se coadunava com a da presente reunião e que o processo se encontrava devidamente instruído, não existindo impedimentos que obstassem à sua apreciação, foi autorizada a emissão da licença em causa, nos termos requeridos.

Propõe-se, assim, que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar a aludida autorização.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**9. UNIÃO RECREATIVA SAPATEIRENSE – LICENÇAS ESPECIAIS DE RUÍDO**

Presente requerimento da União Recreativa Sapateirense, representada por Gualter Santos Fernandes, solicitando a emissão de licença especial de ruído para realização de música ao vivo, nos dias 31 de outubro de 2019; e 2, 9, 16, 23 e 30 de novembro de 2019, entre as 22h.00 e as 04h.00, na sede da coletividade.

Considerando que o processo se encontrava devidamente instruído, não existindo impedimentos que obstassem à sua apreciação;

Considerando que o pedido relativo aos eventos realizados nos dias 31 de outubro e 2 e 9 de novembro não se coadunava com a presente reunião, impondo uma tomada de decisão em tempo útil;



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2019**

Reunião Ordinária de 15 de novembro de 2019

Foi proferido despacho de autorização de emissão das licenças em causa, nos termos requeridos, com isenção do pagamento das taxas devidas, propondo-se, pela presente, que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere a ratificação do mesmo.

Mais se propõe, que a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao pedido de licença para os dias 16, 23 e 30 de novembro de 2019, nos termos solicitados, isentando, igualmente, a requerente do pagamento das respetivas taxas.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**10. PINHAIS DO ZÊZERE – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO (2019)**

Presente proposta de Protocolo de Promoção do Desenvolvimento Socioeconómico e Cultural a celebrar entre este Município e a Pinhais do Zêzere – Associação para o Desenvolvimento, tendo como objeto, a definição de medidas de cooperação e apoio entre ambas as entidades, durante o ano de 2019, para o desenvolvimento de atividades integradas no âmbito de atuação daquela Associação, com particular relevo para as áreas da educação, animação sociocultural, tempos livres, desporto, turismo, saúde, proteção civil, ambiente, conservação e reabilitação urbana, promoção do desenvolvimento, marketing territorial e património natural, cultural e urbanístico, no concelho de Castanheira de Pera ou com repercussões favoráveis no mesmo.

Considerando a necessidade de reiterar o esforço de cooperação entre as duas entidades no sentido de alcançar os objetivos já expostos, com particular ênfase na área do turismo, do desporto e do progresso socioeconómico do território de Castanheira de Pera e na implementação, crescimento e alargamento por parte da Pinhais do Zêzere de projetos basilares e catalisadores numa perspetiva de desenvolvimento integrado da região;

Considerando os interesses subjacentes à assinatura do protocolo ora apresentado, bem como a relevância dos argumentos ínsitos no mesmo;

Considerando que existe cabimentação para a despesa em apreço, conforme informação da Secção Financeira em anexo;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a celebração do aludido protocolo, nos precisos termos da minuta que se anexa à presente deliberação e aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da mesma parte integrante.

**DISCUSSÃO:**

Tomando a palavra, o Sr. Vereador João Graça manifestou a opinião de que há dois anos que discorda com a participação do Município na associação em questão em virtude de considerar que não tem existido retorno do oneroso encargo que lhe está subjacente.

Interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes manifestando que, em parte, compreende o desânimo expressado pelo Sr. Vereador João Graça, desde logo porque também partilha da opinião que a parceria entre este Município e a Pinhais





**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2019**

Reunião Ordinária de 15 de novembro de 2019

do Zêzere não traduz uma simbiose, isto é, não se traduz num lucro para todos os intervenientes.

Ainda assim, aditou, que a *“bola está do lado do Município”*, considerando que se revela mais vantajoso ter este mecanismo instituído, e por via do mesmo, aceder a financiamentos relativamente aos quais, de outra forma, não se teria acesso.

Finalizou dizendo que compete ao Município desenvolver uma estratégia que permita angariar os benefícios que possam ser obtidos através desta associação, apesar de compreender e partilhar o desânimo sentido. Reforçou que não pode o Município eximir-se de responsabilidades e fundamentar que a sua participação *“só serve para gastar dinheiro”*, devendo, ao invés, trabalhar no sentido de utilizar aquele mecanismo para angariar fundos.

Por fim, o Sr. Vereador António Antunes corroborou as palavras do Vereador Gonçalo Lopes, frisando que existindo uma ferramenta, o Município terá que a saber utilizar em seu proveito.

Não se registando outras intervenções, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por maioria e em minuta com a abstenção do Sr. Vereador do PSD João Graça.

**11. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO NO ÂMBITO DA AQUISIÇÃO DE SUPORTE E MANUTENÇÃO DE PLATAFORMA MOBILE PARA SMARTPHONES E TABLETS – APPS MUNICÍPIOS, ENTRE A CIMRL E O MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA DE PERA**

Presente Protocolo de colaboração a celebrar entre a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria e este Município no âmbito da aquisição de suporte e manutenção de Plataforma Mobile para smartphones e tablets – Apps Municípios, tendo como finalidade regular a comparticipação do valor a suportar pelo Município no que respeita a despesa de capital – renovação de software, que ascende ao montante de 323,09 € (trezentos e vinte e três euros e nove cêntimos).

Considerando o interesse da continuidade de disponibilização da aplicação em apreço, nomeadamente pelo facto de a mesma constituir uma excelente ferramenta agregadora de informação e facilitadora da pesquisa pelos munícipes, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a outorga do protocolo em apreço, nos precisos termos da cópia que se anexa à presente deliberação, fazendo da mesma parte integrante.

**DISCUSSÃO:**

Questionou o Sr. Vereador António Antunes se o protocolo em questão já estaria a ser efetivado tendo a Sra. Presidente esclarecido que o mesmo já teria sido celebrado há algum tempo, data constante no protocolo anexo, traduzindo-se esta deliberação numa atualização do mesmo.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2019**

Reunião Ordinária de 15 de novembro de 2019

Prosseguindo, e realizando uma analogia, o Sr. Vereador António Antunes afirmou que, neste momento, a Pinhais do Zêzere pode oferecer mais ao Município do que a CIMRL, pelo menos neste tipo de projetos e protocolos.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**12. QUEIMA DAS FITAS 2020 – PEDIDO DE PATROCÍNIO**

Presente pedido de patrocínio para o Cortejo da Queima das Fitas no biénio 2019/2020, apresentado por Sofia Eiras, em representação dos alunos do 5.º ano de Mestrado Integrado em Medicina da Universidade de Coimbra, concretizável, nomeadamente, através da aquisição de um espaço publicitário a incluir nas plaquetas do curso, que serão distribuídas gratuitamente ao longo do indicado cortejo.

Considerando que a Queima das Fitas é um evento de grande projeção social, bastante mediatizado e envolvendo milhares de pessoas, revelando-se, assim, um momento adequado para efeitos de promoção e divulgação do Município;

Considerando que frequenta aquele curso uma aluna natural de Castanheira de Pera;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao solicitado, adquirindo um espaço publicitário de 1/4 de página nas plaquetas do aludido curso, correspondente ao valor de 50,00 € (cinquenta euros).

**DISCUSSÃO:**

Tomando a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes lamentou que este tipo de apoios não surja de forma frequente na Câmara Municipal, considerando que o mesmo é uma mais-valia e que, por isso, deverá ser mantido.

Em resposta, a Sra. Presidente referiu que também é missão da Câmara Municipal a concessão de apoios desta natureza e que todos os que foram solicitados têm sido atendidos.

Não se registando outras intervenções, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**13. PRAZILÂNDIA, TURISMO E AMBIENTE, E.M. – DRIFT TRIKES – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ENCERRAMENTO DE ESTRADA**

Presente e-mail da Prazilândia, Turismo e Ambiente, E.M. com data de entrada junto desta Câmara Municipal de 04/11/2019, informando que se encontra a organizar um evento denominado “Drift Trikes, a decorrer no dia 17 de novembro de 2019, e solicitando nesse âmbito autorização para o corte da estrada do São João da Mata, no horário compreendido entre as 14h00m e as 18h00m.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2019**

Reunião Ordinária de 15 de novembro de 2019

Considerando o interesse da atividade a desenvolver, nomeadamente ao nível sociodesportivo, económico e de divulgação e promoção turística do Concelho;

Considerando a inexistência de grandes constrangimentos para a liberdade de circulação e de normalidade no trânsito, atendendo ao facto de se tratar de uma via secundária e com diminuto tráfego;

Considerando que o pedido se encontra devidamente instruído e não se verificam impedimentos que obstem à sua apreciação, tendo sido devidamente ponderadas todas as condicionantes que lhe são inerentes;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere autorizar a realização na via pública da atividade prevista, com o consequente encerramento da mesma na data e horário indicados, tudo nos termos do disposto nos artigos 7.º e 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**14. PRAZILÂNDIA, TURISMO E AMBIENTE, E.M. – NATAL NA ALDEIA – PEDIDOS DIVERSOS**

Presente carta da Prazilândia, Turismo e Ambiente, E.M., datada de 22/10/2019, contendo pedidos diversos relativos à 3.ª edição do evento Natal na Aldeia, a decorrer entre 08 de dezembro de 2019 e 01 de janeiro de 2020.

Presente, igualmente, e-mails remetidos pela mesma empresa em 22/10/2019 e 07/11/2019, complementando os pedidos formulados na carta supra indicada.

Considerando que os pressupostos que subjazeram às deliberações tomadas por este órgão em reuniões de 12/11/2018 e 30/11/2018 relacionados com o evento Natal na Aldeia se mantêm inalterados, propõe-se que a Câmara Municipal, no âmbito do seu papel como ente responsável pelo desenvolvimento do território e atendendo à natureza sinérgica e agregadora de esforços que caracteriza o evento, delibere o seguinte:

- Dar deferimento aos pedidos formulados pela requerente, com isenção do pagamento das taxas que se revelem necessárias, atendendo à natureza do evento, promotor de desenvolvimento económico e social do Município com ganhos reconhecidos para a satisfação do interesse público;

- Assentir que a circulação do comboio turístico seja efetuada nos percursos assinalados nos mapas anexos à presente deliberação e com as paragens também aí indicadas, todos os dias, com início a 08/12/2019 e término a 01/01/2020, no horário compreendido entre as 07h.00 e as 24h.00, podendo quaisquer das circunstâncias referidas ser ajustadas por razões ponderosas;

- Determinar, relativamente ao encerramento das vias, que deve ser garantido o acesso pedonal, a passagem dos veículos de emergência, as diretrizes emanadas pelas autoridades competentes, e o demais prescrito na legislação em vigor sobre a matéria em causa;

- Assentar, quanto ao horário da licença especial de ruído, que o mesmo é justificado tendo em conta as características do evento, a sua natureza, visto como um todo incindível, estendendo-se o mesmo, na sua vertente mais alargada, ao funcionamento do evento;



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2019**

Reunião Ordinária de 15 de novembro de 2019

- Manter, caso se verifique ser necessário, o fornecimento de refeições nos moldes deliberados pela Câmara Municipal na já referida reunião ordinária de 30/11/2019;

- Afetar outros recursos, de qualquer natureza, que se revelem necessários à concretização dos indicados fins;

- Estabelecer que o deferimento dos pedidos é efetuado sob reserva das competências do Município e no limite dos recursos existentes, reservando-se que a gestão dos espaços do domínio público e privado da Autarquia ora autorizada deverá ser efetuada em estreita coordenação e articulação com o Município e que a requerente deverá dar cumprimento às disposições legais aplicáveis.

**DISCUSSÃO:**

No uso da palavra o Sr. Vereador António Antunes solicitou que se procurasse atingir uma simbiose entre Município e Empresa Municipal, por forma a concretizar este evento.

A propósito do evento, a Sra. Presidente afirmou considerar que o Natal na Aldeia é um evento sobretudo dirigido a Castanheira e aos Castanheirenses.

Não se registando outras intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**15. CERCICAPER, COOPERATIVA PARA A EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE CIDADÃOS INADAPTADOS DE CASTANHEIRA DE PERA – COLOR RUN ADAPTADA – PEDIDO DE APOIO**

Presente e-mail remetido em 05/11/2019 pela CERCICAPER, Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Castanheira de Pera, informando que, no seguimento de uma candidatura apresentada e aprovada pelo Programa Nacional Desporto para Todos, a mesma irá realizar no próximo dia 3 de dezembro uma Color Run Adaptada em Castanheira de Pera, com aproximadamente três quilómetros, e solicitando a atribuição de apoio financeiro para a concretização da mesma.

Considerando o interesse da iniciativa, nomeadamente no que respeita à inclusão e igualdade de direitos para todos os cidadãos;

Considerando que o intuito da iniciativa passa também por dar a conhecer esta região do País, tão fortemente afetada pelos incêndios de 2017, trazendo, igualmente, para o interior um evento que, na maioria das vezes, se realiza em grandes centros populacionais;

Considerando que esta ação pretende devolver cor, vida e alegria a este território, contribuindo para aumentar o ânimo e a motivação das suas gentes;

Considerando que se encontra também prevista a participação de outras congéneres da requerente do distrito de Leiria;

Considerando que se trata de uma iniciativa que enriquece o plano de atividades da CERCICAPER, diversificando a oferta disponível quer para os utentes, quer para a população em geral;



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2019**

Reunião Ordinária de 15 de novembro de 2019

Considerando as atribuições do Município nos domínios da saúde, tempos livres e desportos, ação social, promoção do desenvolvimento, com as inerentes competências nessas áreas, centradas no apoio a atividades promotoras das mesmas;

Considerando os fins de reconhecido interesse público prosseguidos pela requerente e o montante de subsídio a atribuir, somado ao já concedido no corrente ano;

Propõe-se que, ao abrigo do disposto nas alíneas f), g), h) e m) do n.º 2 do artigo 23.º e na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em articulação com o disposto no artigo 2.º do Regulamento Municipal para a Atribuição de Subsídios a Entidades e Organismos que Prossigam no Município Fins de Interesse Público, a Câmara Municipal delibere atribuir à CERCICAPER um subsídio no montante de 1.000,00 € (mil euros), que deverá ser formalizado mediante a outorga de protocolo, a celebrar nos termos da minuta que se anexa à presente deliberação, dela fazendo parte integrante para todos os devidos efeitos.

**DISCUSSÃO:**

Solicitou a palavra o Sr. Vereador Gonçalo Lopes apelando que se fizesse chegar à CERCICAPER, em nome dos Srs. Vereadores do PS, a congratulação à instituição ou instituições envolvidas pelo evento em questão, considerando que o mesmo se traduziria numa iniciativa cujo resultado seria muito bonito, e que deveria ter continuidade no futuro.

Não se registando outras intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

**16. AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. BISSAYA BARRETO – DEPARTAMENTOS DO 1.º CICLO E DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR – ALMOÇO DE NATAL**

Presente ofício do Agrupamento de Escolas Dr. Bissaya Barreto – Castanheira de Pera informando que, à semelhança dos anos anteriores, os Departamentos do 1.º Ciclo e do Ensino Pré-Escolar pretendem realizar um almoço de Natal com todos os intervenientes (alunos, crianças, assistentes operacionais e docentes), no último dia de aulas do 1.º período, dia 17 de dezembro de 2019, e solicitando que o Município ofereça a referida refeição.

Propõe-se que, conforme tem sido habitual, a Câmara Municipal delibere aceder ao solicitado, fomentando, assim, o são convívio e o espírito de união entre os participantes, com todas as vantagens daí advenientes para a comunidade escolar.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**17. ATUALIZAÇÃO DAS RENDAS PARA 2020**

Propõe-se, pela presente, nos termos do Aviso n.º 15225/2019 da Presidência do Conselho de Ministros - Instituto Nacional de Estatística I. P., de 13



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2019**

Reunião Ordinária de 15 de novembro de 2019

de setembro, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 01/10/2019, que a Câmara Municipal delibere aprovar a atualização, no ano de 2020, das rendas dos contratos de arrendamento dos imóveis que são propriedade do Município, aplicando o coeficiente 1,0051.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**18. CEDÊNCIA DE TERRENOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS MUNICIPAIS**

Considerando que para implementação do projeto “Passadiço das Quelhas” se torna necessário ocupar áreas de terreno pertencentes aos Baldios do Coentral, foi solicitada ao respetivo Conselho Diretivo autorização para o efeito, nos termos constantes do ofício datado de 15/02/2019, cuja cópia se anexa;

Considerando que a Assembleia de Compartes dos Baldios da Freguesia do Coentral, na sua reunião de 27/02/2019, deu deferimento ao pedido formulado pelo Município, conforme consta da respetiva ata, cuja cópia se anexa;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere efetuar a gestão das áreas em causa, nos precisos termos das condições ínsitas nos documentos anexos.

**DISCUSSÃO:**

Tomando a palavra, o Sr. Vereador António Antunes questionou para onde teria sido enviado e a data do ofício, bem como se já teria havido lugar à assinatura da subvenção, tendo a Sra. Presidente indicado que o mesmo teria sido remetido à Comissão de Baldios do Coentral a 15 de fevereiro de 2019, e que já teria sido assinada a subvenção.

Intervindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou acerca dos *timings* inerentes à apresentação das candidaturas, e se na submissão desta não teriam já que fazer prova ou demonstração da propriedade.

No uso da palavra, a Sra. Presidente informou que tal aconteceu, no entanto, por lapso, a referida questão não foi aprovada em sede de reunião, pelo que considerariam que o mesmo deveria ter lugar, daí que tivesse agora a ser alvo de discussão.

Seguidamente, o Sr. Vereador António Antunes questionou quem realizaria a gestão do espaço envolvente aos passadiços, os compartes ou o Município...

Em resposta, a Sra. Presidente informou que foi adquirida *“autorização para praticar nas áreas de terreno em questão todos os atos que se revelem necessários à concretização dos indicados fins, bem como a efetuar a gestão e exploração do empreendimento por si, ou por outrem, através dos mecanismos jurídicos que se revelem necessários (...)”*, pelo que considera que a gestão das faixas poderá ser executada pelo Município para a manutenção do espaço envolvente.

Retomando, o Sr. Vereador António Antunes manifestou, de novo, as suas dúvidas relativamente à questão, visto que se havia solicitado aos Baldios somente





**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2019**

Reunião Ordinária de 15 de novembro de 2019

três metros da área, mantendo, igualmente, a sua preocupação sobre a necessidade em manter e assegurar a limpeza daquele espaço, salvaguardando-o de possíveis incidentes.

Não se registando outras intervenções, a Sra. Presidente submeteu O assunto a votação.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**19. CEDÊNCIA DE TERRENO (INDEMNIZAÇÃO)**

Considerando:

a) Que o munícipe Mário Simões Correia, contactou este Município, reclamando a regularização da cedência para domínio público, feita há cerca de 20 anos, de uma parcela de terreno do prédio rústico, sua propriedade, sito em Vilar, freguesia de Castanheira de Pera e Coentral, descrito na Conservatória do Registo Predial de Castanheira de Pera sob o número 13622 e inscrito na matriz predial rústica da dita freguesia sob o artigo 13733;

b) Que o Município afirma ter sido então estabelecida, como contrapartida da cedência, a construção pelo Município de um muro de vedação no limite da referida propriedade;

c) Que, compulsados os arquivos municipais, não foi encontrada qualquer documentação que tenha titulado a aludida cedência, nem qualquer documentação que faça referência à mencionada contrapartida;

d) Que, conforme resulta da Informação Técnica subscrita em 06 de julho de 2019 pelo Senhor Eng. Rui Silva, Técnico Superior do mapa de pessoal deste Município “Há cerca de vinte anos, com a realização da rede de esgotos do Vilar, num dos troços, uma das caixas de visita, por uma questão técnica, foi colocada nos limites de um terreno, pertencente ao Senhor Mário Correia.”;

e) Que, conforme resulta da mesma Informação Técnica, refere o seu subscritor que “Ficou então combinado que o proprietário cedia uma parcela de terreno para o domínio público e como contrapartida, a Câmara Municipal far-lhe-ia um muro de blocos de betão, devidamente confinado por pilaretes de betão armado.”;

f) Que, conforme resulta do levantamento topográfico elaborado pelos serviços municipais em 10 de julho de 2019, a área de terreno efetivamente cedida ascende, aproximadamente, a 220 metros quadrados;

g) Que, conforme resulta da Informação / Análise Técnica subscrita pela Eng.<sup>a</sup> Ana Lourenço, em 10 de julho de 2019, “Tendo por base os preços praticados para a transação de terrenos em zonas com as mesmas características, estimou-se um valor unitário de 5,00€/m<sup>2</sup>, importando o terreno cedido em 1100.00€.”;

h) Que, conforme resulta da mesma Informação / Análise Técnica, o muro pretendido pelo Município apresenta uma extensão aproximada de 35 metros, com 0,80 metros de altura, tendo a sua execução uma estimativa orçamental de 1 120,00€;



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2019**

Reunião Ordinária de 15 de novembro de 2019

i) Que, pelos dados recolhidos, não restam dúvidas que a indicada parcela de terreno, com cerca de 220 metros quadrados, foi, de facto, cedida pelo Município ao domínio público do Município;

j) Que, pelos dados recolhidos, foi, de facto, prometido ao Município, a construção de um muro de vedação, como contrapartida pela cedência da referida parcela de terreno;

k) Que tal compromisso não terá sido, à data, devidamente formalizado;

l) Que, na salvaguarda da justiça material e tendo em conta os factos apurados, não deverá o Município ser prejudicado pela omissão de titulação formal da cedência e da correspondente contrapartida com 20 anos de antiguidade;

m) Que a contrapartida então acordada e agora reclamada representa um custo correspondente ao valor de mercado da parcela cedida, logo, afigurando-se como proporcional;

n) Que o Município de Castanheira de Pera, enquanto entidade pública, na sua relação com os administrados, se encontra vinculado aos princípios gerais da atividade administrativa, com competente consagração constitucional, da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos, da proporcionalidade, da justiça e da razoabilidade, da boa-fé e da colaboração com os particulares;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere assumir, como contrapartida da cedência efetuada pelo munícipe Mário Simões Correia ao Município, há cerca de 20 anos, de uma parcela de terreno com aproximadamente duzentos e vinte metros quadrados do prédio rústico, sua propriedade, sito em Vilar, freguesia de Castanheira de Pera e Coentral, descrito na Conservatória do Registo Predial de Castanheira de Pera sob o número 13622 e inscrito na matriz predial rústica da dita freguesia sob o artigo 13733, a edificação de um muro de vedação no limite da dita propriedade, em blocos de betão, devidamente confinado por pilaretes de betão armado, numa extensão de trinta e cinco metros, com oitenta centímetros de altura, seja a executar pelos competentes serviços camarários por administração direta, seja através de adjudicação da correspondente empreitada a entidade terceira, em função da disponibilidade e/ou conveniência de serviço, o que deverá ser aferido e decidido pela Senhora Presidente da Câmara em sede de execução da presente deliberação.

**DISCUSSÃO:**

No uso da palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes afirmou que os Srs. Vereadores do PS não se sentiam muito confortáveis em aprovar a deliberação supra, desde logo pelo desconhecimento íntegro da situação concreta.

Interveio o Sr. Vereador António Antunes frisando que, apesar de considerar que estes problemas devem ser resolvidos impõe-se a manutenção da coerência na resolução de problemas com características semelhantes.

Referiu que neste caso concreto, se assumiu suficiente e bastou uma Declaração de um técnico a dar como verdadeiros os factos invocados, o que é diferente da solução adotada em maio quando trouxeram a esta câmara situação semelhante.

Prosseguindo, considerou que, por princípio, todas as questões deverão ser resolvidas em moldes e com soluções idênticas, tratando o igual como igual, afirmando ainda que se este assunto pode ser resolvido da forma simplista com



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2019**

Reunião Ordinária de 15 de novembro de 2019

que está a ser proposto, bastando a declaração de um técnico que acompanhou o processo, então o processo do Engenheiro Castro Martins também pode, e deve, ser resolvido do mesmo modo. .

Uso da palavra o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou se no decurso deste espaço temporal (cerca de 20 anos, o munícipe apresentou esclarecimentos acerca da questão, tendo a Sra. Presidente referido que tal teria ocorrido e que teriam sido apresentadas reclamações do facto.

Seguidamente, questionou o Sr. Vereador Gonçalo Lopes se haveria algum documento escrito que atestasse o supra referido acordo, tendo sido esclarecido que não haveria acordo, existindo somente uma planta.

Perante esses factos, o Sr. Vereador António Antunes considerou que, aquelas duas situações, isto é, a presente e a do Dr. Castro Martins, teriam recortes iguais, uma vez que nesta última, apresentada em maio também existiriam dois levantamentos, ademais existe em ambas as situações uma cedência de espaços, pelo que conclui pela igualdade das duas questões.

Reiterou a Sra. Presidente que a deliberação em causa foi a solução encontrada para a resolução deste caso concreto e colmatar a ausência de registo do acordo, sendo que o técnico se lembrava perfeitamente do ocorrido. Para além disto, o munícipe propunha-se a cortar a via e o saneamento implantado no terreno em causa.

Contrapôs o Sr. Vereador António Antunes referindo que se essa era a maneira de ver o seu assunto resolvido, o outro proprietário deverá fazer semelhante proposta.

Interveio a Dra. Bernardina para esclarecer que a diferença entre as duas situações reside na existência de um técnico que acompanhou o processo e que garante que tudo se passou naqueles moldes, tendo, inclusivamente, fornecido, há data, um levantamento ao proprietário, com o seu contacto, ao contrário da situação do Engenheiro Castro Martins em que não temos a indicação de nenhum técnico que acompanhou o assunto, nem registo algum que indiciasse o alegado acordo.

Indagou o Sr. Vereador António Antunes se ninguém se lembraria da questão do Carvalho, se não existiriam técnicos da altura que se lembrassem do ocorrido.

No uso da palavra, a Dra. Bernardina afirmou que tinham concluído em sentido negativo, mas que, em relação ao Carvalho, o gabinete de apoio jurídico que se encontra a tratar do assunto irá pronunciar-se sobre o modo da sua resolução.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2019**

Reunião Ordinária de 15 de novembro de 2019

Não se registando outras intervenções, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

**20. ASSOCIAÇÃO CAUSA – UNIDOS POR UMA CASA – PROGRAMA DE PARCERIAS PARA O IMPACTO – APROVAÇÃO DE CANDIDATURA (PROJETO ABRIGO E HORTA)**

Presentes e-mails remetidos nos dias 7, 11 e 13 de novembro corrente pela Associação CAUSA – Unidos por uma Casa, reportando-se ao projeto “Abrigo e Horta” candidatado ao Programa de Parcerias para o Impacto do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, e ao qual este Município se associou como investidor social, informando que candidatura foi aprovada pelo montante de 196.619,45 €, ao invés dos 317.535,17 € peticionados, e solicitando que o Município esclareça se, ainda assim, mantém o compromisso inicial de cofinanciar o referido projeto até ao valor de 3.000,00 €.

Considerando que, pese embora o valor aprovado seja manifestamente inferior ao que foi submetido na candidatura em apreço, se mantém válidos todos os argumentos que fundamentaram a tomada de decisão pela Câmara Municipal na sua reunião ordinária de 21/02/2019, no sentido de se associar ao projeto e de o cofinanciar no montante supra indicado;

Considerando que a redução no valor inicialmente previsto implica uma reformulação do projeto, com repercussões, nomeadamente, no que concerne ao número de abrigos a construir, a mais-valia inerente à implementação do mesmo revela-se como fator justificativo da manutenção do compromisso assumido pelo Município, contribuindo, assim, para que seja construído o maior número possível de abrigos;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere manter o compromisso de cofinanciamento do projeto “Abrigo e Horta”, no montante máximo de 3.000,00 €, aceitando as alterações que a decisão de aprovação da candidatura acarreta, nomeadamente, no que respeita ao plano de atividades proposto.

Mais se propõe, que a Câmara Municipal delibere manter, igualmente, a deliberação tomada em reunião ordinária de 21/02/2019 em tudo o que não seja contrariado pela presente decisão.

**DISCUSSÃO:**

Indagou o Sr. Vereador António Antunes acerca da data prevista para a efetivação do projeto supra e quantos abrigos seriam criados, tendo em resposta, a Sra. Presidente referido que se iniciaria até ao final do mês o processo com as entidades envolvidas para a constituição de 33 abrigos.

Na sequência, o Sr. Vereador António Antunes se já haveria uma data para o início dos trabalhos e quem definiria a localização dos abrigos.

Esclareceu a Sra. Presidente que não haveria ainda uma data estabelecida para o início dos trabalhos, e que os critérios a considerar na definição da localização dos abrigos seriam estabelecidos em sede de reunião.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2019**

Reunião Ordinária de 15 de novembro de 2019

Não se registando outras intervenções, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**21. CLUBE TRILHO AVENTURA – 7.º SPRINT ENDURO PRAIA DAS ROCAS – PEDIDO DE APOIO**

Presente e-mail remetido em 12/11/2019 pelo Clube Trilho Aventura, solicitando a colaboração e apoio logístico do Município para levar a efeito, no próximo dia 1 de dezembro de 2019, o 7.º Sprint Enduro Praia das Rocas.

Considerando a iniciativa de relevante interesse para o Município, enriquecedora da oferta desportiva e recreativa local e fomentadora da divulgação do Concelho, propõe-se que a Câmara Municipal delibere autorizar a cedência do apoio logístico solicitado, dentro das competências e no limite dos recursos existentes e disponíveis no Município.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**22. BALANCETE**

Foi presente o balancete referente ao dia 12 de novembro de 2019, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal era nesse dia de 2.433.259,64 € (dois milhões quatrocentos e trinta e três mil duzentos e cinquenta e nove euros e sessenta e quatro centimos), sendo as operações orçamentais no valor de 2.384.847,42 € (dois milhões trezentos e oitenta e quatro mil oitocentos e quarenta e sete euros e quarenta e dois centimos) e as operações não orçamentais no valor de 48.412,22 € (quarenta e oito mil quatrocentos e doze euros e vinte e dois centimos). Os movimentos de tesouraria ascendiam nesse mesmo dia ao montante de 2.443.196,05 € (dois milhões quatrocentos e quarenta e três mil cento e noventa e seis euros e cinco centimos), valor que inclui o montante de 9.936,41 € (nove mil novecentos e trinta e seis euros e quarenta e um centimos) em documentos.

Tomado conhecimento.

**23. PAGAMENTOS**

Foi presente listagem dos pagamentos autorizados e efetuados entre 24/10/2019 e 12/11/2019, registados sob os números 1486 a 1598, no valor total de 199.178,23 € (cento e noventa e nove mil cento e setenta e oito euros e vinte e três centimos), respeitantes a despesas orçamentais.

Tomado conhecimento.

**24. ALTERAÇÕES ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2019**

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar os despachos proferidos pela Presidente da Câmara em 25/10/2019 e 13/11/2019, autorizando, respetivamente, a 19.ª Alteração às Grandes Opções do Plano, no valor de 78.251,00 € (setenta e oito mil duzentos e cinquenta e um euros), por reforço, e no valor de 11.860,40 € (onze mil oitocentos e sessenta



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2019**

Reunião Ordinária de 15 de novembro de 2019

euros e quarenta cêntimos), por anulação, nas Atividades Mais Relevantes, e a 20.<sup>a</sup>. Alteração no valor de 70.000,00 € (setenta mil euros), por reforço, e no valor de 5.000,00 € (cinco mil euros), por anulação, no Plano Plurianual de Investimentos.

Mais se propõe que, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I do diploma suprarreferido, em conjugação com o estipulado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a Câmara Municipal delibere aprovar a 21.<sup>a</sup> Alteração às Grandes Opções do Plano, no valor de 1.000,00 € (mil euros), igualmente, por reforço e anulação.

**DISCUSSÃO:**

Questionou o Sr. Vereador António Antunes acerca da alteração na rubrica destinada ao saneamento, resíduos sólidos, solicitando uma breve explicação para a sua retificação.

Referiu a Sra. Presidente que os pagamentos a serem efetuados se concentram no final do presente ano, e que não se teria ressalvado verba suficiente para fazer face a esse encargo. Relativamente aos resíduos sólidos, referiu que a verba teria a ver com os resíduos de construção.

Novamente no uso da palavra, o Sr. Vereador António Antunes referiu que percebia a alteração inerente aos resíduos sólidos, todavia indagou relativamente à verba alocada para o saneamento, considerando que nesta matéria não há pagamentos a realizar.

Face à existência de dúvidas do executivo no reforço dos 20.000,00€, manifestou indignação por trazerem à reunião um reforço de 20.000,00€ e não conseguirem explicar a sua origem ou fundamento.

Para além disto, constatou que os Srs. Vereadores do PS têm andado a fazer questões para perceberem quais os projetos e investimentos realizados e que se propõem a realizar, apelando, mais uma vez, que lhes fizessem chegar uma relação de todos os projetos, procedimentos e investimentos da Câmara Municipal, desde há dois anos até então.

Por fim, foi esclarecido que o outro reforço se prende com a reabilitação da cobertura do Pavilhão Municipal, tendo o Sr. Vereador Nuno Tomás avançado que surgiu a possibilidade de candidatura das obras que se pretende realizar, estando a efetivar-se um estudo dos moldes em que poderá ser feita a candidatura em causa. Acrescentou que a mesma passará pela eficiência energética e que o edificado representa um dos edifícios onde a candidatura em causa poderá trazer maiores benefícios.

Questionou então o Sr. Vereador Gonçalo Lopes se a candidatura referida seria efetuada no âmbito da CIM, tendo sido esclarecido que não seria nesses moldes, questionou qual seria o aviso que permitiria esta candidatura., ao que o Sr. Vereador Nuno Tomás se comprometeu a verificar o assunto.

Volvendo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes manifestou concordância em relação às palavras proferidas pelo Vereador António Antunes, acrescentando que,





**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2019**

Reunião Ordinária de 15 de novembro de 2019

de uma vez por todas, gostariam que o executivo percebesse que atravessam um momento decisivo para o concelho, até em termos de sustentabilidade administrativa, e que a intensão dos Vereadores do PS é fazerem parte da solução, mas que para tal, é necessário que tenham conhecimento dos desenvolvimentos dos assuntos.

Referiu, por fim, que deve ser o interesse coletivo a prevalecer nas escolhas e na forma como deve ser dirigido o Município, e é nessa ótica que reiterou o pedido de manterem os Vereadores do PS minimamente informados dos projetos que existem na Câmara Municipal.

Por fim, a Dra. Fernanda informou que aquele valor de 20.000,00€ havia sido reforçado para fazer face ao pagamento de faturação às águas do Vale do Tejo, uma vez que houve alguns meses em que ocorreu um crescimento exponencial da mesma, resultando na insuficiência do orçamento apresentado.

Não se registando outras intervenções, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

**25. ALTERAÇÕES AO ORÇAMENTO DE 2019**

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar os despachos proferidos pela Presidente da Câmara em 25/10/2019 e 13/11/2019, autorizando, respetivamente, a 21.ª Alteração ao Orçamento, no valor de 81.751,00 € (oitenta e um mil setecentos e cinquenta e um euros), por reforço e anulação, e a 22.ª Alteração, no valor de 79.650,00 € (setenta e nove mil seiscentos e cinquenta euros), igualmente, por reforço e anulação, ambas ao Orçamento da Despesa.

Mais se propõe que, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I do diploma supramencionado, em conjugação com o estipulado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a Câmara Municipal delibere aprovar a 23.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, no valor de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), também por reforço e anulação.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**26. ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA (PASSADIÇOS DAS QUELHAS)**

Ao abrigo do ponto n.º 2.9.10.1.2 do Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de fevereiro, na redação conferida pela Lei n.º 60-A/05, de 30 de dezembro, propõe-se que a Câmara Municipal delibere autorizar a abertura de uma conta bancária na Caixa Geral de Depósitos, na agência de Castanheira de Pera, no âmbito do projeto “Passadiços das Quelhas”.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2019**

Reunião Ordinária de 15 de novembro de 2019

**27. CONSUMIDORA COM O CÓDIGO N.º 12829 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA EFETUAR PAGAMENTO DE FATURA EM PRESTAÇÕES**

Presente requerimento apresentado em 10/10/2019 por Ana Susana Henriques Trindade, consumidora de água com o código n.º 12829, solicitando autorização para efetuar o pagamento faseado da fatura/recibo n.º 001/21631/2019, respeitante a consumo de água do mês de setembro de 2019, no montante de 97,70 €, justificando o pedido por se encontrar de baixa e não ter condições financeiras para assumir o referido pagamento na sua totalidade.

Considerando os documentos juntos pela requerente no sentido de comprovar os fundamentos apresentados;

Considerando que, em face dos aludidos documentos, se conclui que o valor em dívida é avultado face ao rendimento aí espelhado;

Considerando a manifesta vontade da requerente em regularizar a situação;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere o seguinte:

- Aceitar o pagamento em prestações da indicada fatura, fixando-se o mesmo em oito prestações mensais sucessivas, sendo sete no montante de 12,25 € cada e a última no montante de 11,95 €, acrescidas dos respetivos juros de mora, com início em dezembro de 2019 e término em julho de 2020;

- Determinar que, caso a requerente não cumpra qualquer das obrigações resultantes da presente deliberação, a mesma fica sem efeito, investindo a Câmara Municipal no direito de recorrer a todos os meios legais que se afigurem adequados para ser ressarcida dos valores em dívida.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**28. CONSUMIDORA COM O CÓDIGO N.º 13834 – PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DO VALOR DA TARIFA DE SANEAMENTO**

Presente requerimento apresentado por Paula Susana Tomás de Jesus, com o carimbo de entrada nesta Câmara Municipal 4264/SGD, em 28/10/2019, consumidora de água com o código n.º 13834, solicitando a restituição da taxa de saneamento cobrada nas faturas/recibos de água, uma vez que a sua habitação não se encontra ligada à rede pública de saneamento.

Presente informação da Secção de Processamentos e Gestão Contabilística das Águas, atestando a situação descrita pela requerente e propondo a restituição à mesma do montante de 273,84 €.

Considerando que se encontram comprovados os factos alegados no pedido, propõe-se que a Câmara Municipal delibere que se proceda à anulação do valor já faturado e cobrado referente à tarifa de saneamento, no valor total de 273,84 € (duzentos e setenta e três euros e oitenta quatro cêntimos) e subsequente restituição do mesmo à requerente.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**29. ESTRADA DO TREVIM – INTERVENÇÃO**

Na sequência da informação prestada na reunião ordinária de 25/10/2019, relativamente às intervenções a serem levadas a efeito na estrada de acesso ao Trevim, diligenciou-se no sentido de apurar as áreas sob domínio deste Município



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2019**

Reunião Ordinária de 15 de novembro de 2019

que seriam objeto de tais intervenções, tendo-se concluído que as mesmas abrangem um troço de cerca de 1350 metros, conforme assinalado a azul na planta de implantação que se anexa.

Considerando que a degradação do troço em causa tem sido agravada pela sua utilização frequente por veículos pesados ligados aos parques eólicos a que o mesmo dá acesso;

Considerando a pertinência e urgência na reabilitação do referido troço, com todas vantagens daí advenientes para os seus utilizadores;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere autorizar as entidades exploradoras dos parques eólicos em causa a assumir a responsabilidade pelas aludidas obras de reabilitação, sem prejuízo de ulterior extensão das mesmas para outros troços daquela via ou complementares.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

### **30 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Presente o Sr. Jorge Adelino referindo que, como ponto prévio, se apresentava perante a Câmara na qualidade de munícipe e não como funcionário da Prazilândia, Turismo e Ambiente, E.M..

Revelou que tem ouvido constantemente na rua que irá sair o atual Presidente do Conselho de Administração, e que pretendia conhecer a posição do executivo sobre esta matéria.

Afirmou que, em sua opinião, que não há empresa nenhuma que sustente, desde 2014, a existência de 10 administradores e que tal acarreta uma natural instabilidade quer para a empresa, quer para os funcionários.

Pediu a palavra, o Sr. Vereador João Graça para referir que não ouve os mesmos boatos que o munícipe, pelo que em relação ao assunto ora exposto não tem opinião formada.

Volvendo, o Sr. Jorge Adelino em causa repetiu a questão se o atual presidente se manteria ou não, tendo o Sr. Vereador João Graça, manifestado que nada sabe acerca da eventual saída e que não detém opinião formada acerca do exposto.

Retomando, o munícipe em causa, voltou a afirmar que a passagem pela empresa de 10 administradores desde 2014 é grave.

Novamente com a palavra o Sr. Vereador João Graça perguntou ao Sr. Jorge Adelino se sempre manteve esta postura. Na sequência da resposta afirmativa por parte do mesmo, o Sr. Vereador João Graça questionou o munícipe se tinha vindo junto desta Câmara solicitar esclarecimentos aquando da saída da Dra. Cláudia André, tendo aquele respondido que não, uma vez que nessa altura o Conselho de Administração se manteve praticamente inalterado.

Volvendo, o Sr. Vereador João Graça mais uma vez questionou o Sr. Jorge Adelino se teria vindo junto desta Câmara, aquando da saída do Eng.º José Pais,



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2019**

Reunião Ordinária de 15 de novembro de 2019

tendo o mesmo respondido, novamente, que não pois tratar-se-iam de assuntos diferentes.

Em seguida, usou da palavra, o Sr. Vereador Nuno Tomás expressou que a situação agora exposta se trataria de um boato e que se estava a extrapolar aquilo que teria sido referido na presente reunião, pois o assunto em análise era a substituição do representante do Município.

No uso da palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que, segundo perceberam hoje, o representante do município na empresa municipal se encontra demissionário já há algum tempo, pelo que considerava que se devia pedir ao Sr. Albano Morgado um esclarecimento sobre o assunto.

Quanto à intervenção do município, referiu que estar de acordo com o mesmo, uma vez que se revela como fator preponderante em qualquer empresa a estabilidade na administração, para a imagem, para o bem-estar dos funcionários e até para alguma previsibilidade que deve ser assegurada.

Face ao que foi exposto pelo município, indicou o Sr. Vereador que a situação pode assumir contornos diferentes e gravosos no que concerne à empresa municipal. Acrescentou que caso diverso será se esta saída puder ter encapuçada a alteração ou nova nomeação de um conselho de administração, isto porque consideram que não seja o *timing* para tal, a menos que haja um problema maior, do ponto de vista legal ou de impossibilidade na continuidade do representante atual. Assim, reiterou que neste momento *“temos à frente daquela casa uma coisa que não acontecia há muitos anos, e não é problema só deste executivo, é problema de executivos anteriores, sobretudo uma pessoa capacidades.”*

Prosseguiu, dizendo que estavam, ali a especular, assegurando como ponto prévio desde já, que não contem com os Vereadores do PS para *“apunhalar”* este conselho de administração, pois consideram que está a fazer um bom trabalho. Citando, *“portanto, em coerência, e enquanto o atual conselho de administração reunir condições para fazer (...) um bom trabalho, que na nossa perspetiva tem vindo a fazer, consideramos que deve continuar (...)”*. Mais afirmou perceber a preocupação do município e dos trabalhadores da empresa.

Em seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente que agradeceu a questão colocada expressando que, no entanto, não se encontra esclarecida, nem detém dados concretos que possam fundamentar uma posição.

No uso da palavra a Dra. Bernardina questionou se o Sr. Albano Morgado estava, ou não, demissionário, esclarecendo que se tal acontece já há algum tempo deveria ter vindo a reunião de Câmara, ao que a Sra. Presidente esclareceu que até ao momento não está demissionário.

Constatou o Sr. Vereador Gonçalo Lopes que não estando o Sr. Albano Morgado demissionário, então o pedido apresentado foi de destituição e não de substituição.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2019**

Reunião Ordinária de 15 de novembro de 2019

No uso da palavra, o Sr. Vereador António Antunes indicou que estavam a *“brincar com coisas sérias”*, acrescentando que, desde o início, se demonstraram coerentes em relação a este ponto, defendendo que a Prazilândia tem de consubstanciar uma empresa que deve gerar riqueza, deve dinamizar a economia local, quer no âmbito para o qual foi criada, quer no alargamento do leque das suas competências e objetivos a outros investimentos e intervenções.

Prosseguindo, referiu que não se pode tratar um assunto daquela natureza de forma tão leviana e, até caricata pois colocasse em cheque a imagem e o bom nome da empresa, bem como a imagem dos seus colaboradores.

Contrapôs a Sra. Presidente que, no seu entendimento, nenhum dos representantes dos Castanheirenses têm, de alguma forma a intenção agora manifestada. Crê que cada um tem consciência do papel que desempenha, e que prosseguem os interesses coletivos.

Intervindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes salientou que a Sra. Presidente não tem essa perceção, no entanto, também não tem forma de prever o que *“vai na cabeça do Sr. Vice-Presidente e do Sr. Vereador Nuno Tomás”*. Manifestou que os *“indícios não auguram nada de benéfico”*, salientando que os presentes têm a responsabilidade de decidir o melhor para o concelho, bem como para as instituições, e que não podem *“numa ótica de melhoria franca e inequívoca, criarmos nós mecanismos para comprometer essa linha de gestão”*.

Concluiu que considera que a pessoa designada para representar o Município, bem como a pessoa designada por ele para a gestão, conseguiram desenvolver um excelente trabalho, pelo que não entende a lógica da sua substituição, isto, ressaltou, no seio da especulação. Alertou para não contarem com o PS para dar o aval a uma solução que possa acarretar instabilidade para a empresa municipal.

### **31. ENCERRAMENTO**

Não havendo mais assuntos a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião pelas dezassete horas e trinta e sete minutos, tendo-se de tudo lavrado a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Presidente da Câmara Municipal e por mim, Bernardina Pais de Macedo, Chefe da Divisão de Administração Autárquica do Mapa de Pessoal deste Município, que, tendo sido para o efeito designada, a redigi e subscrevo.

A Presidente: \_\_\_\_\_

A Secretária: \_\_\_\_\_